

DEMOCRACIA E ANTI-COLONIALISMO EM EDUARDO LOURENÇO: 1959 – 1963

1. A Defesa da Democracia: Colaboração em Jornais Brasileiros

1.1. Colaboração em *Portugal Democrático*

O texto "O Exército ou a Cortina da Ordem", de 1958, constitui o primeiro ensaio escrito de Eduardo Lourenço da sua directa e frontal oposição ao regime político do Estado Novo. Porém, devido à sua tardia publicação, integrado no livro *Os Militares e o Poder* (1975), o empenhamento político de Eduardo Lourenço a favor de um futuro regime democrático em Portugal, na passagem entre as décadas de 50 e 60, como que teria ficado ocultado se não tivessem sido publicados, em 1959 e 1960, nos jornais *Portugal Democrático* e *Portugal Livre*, ambos de S. Paulo, no Brasil, dois artigos de carácter político, que se constituem, estes sim, como a mais directa intervenção pública de Eduardo Lourenço contra o regime de Oliveira Salazar na passagem entre as décadas de 50 e 60.

A colaboração de Eduardo Lourenço em ambos os jornais deveu-se à iniciativa de Miguel Urbano Rodrigues, opositor democrata ao Estado Novo, então sem filiação partidária, tendo mais tarde tornado-se membro do Partido Comunista Português. *Portugal Democrático* assumia-se como o jornal dos oposicionistas portugueses de S. Paulo, vasto núcleo constituído por antigos republicanos, como o capitão João Sarmento Pimentel, intelectuais como Vítor Ramos, professor de Literatura Francesa na Universidade de S. Paulo, a quem Eduardo Lourenço dedica o único artigo seu saído nas páginas deste jornal, Miguel Urbano Rodrigues, jornalista português do *Estado de S. Paulo*, Víctor Cunha Rego, jornalista do mesmo jornal,

e muitos outros portugueses descontentes com a política de Salazar reunidos no Centro Republicano Português de S. Paulo, “a única associação de Portugueses que no Brasil combatia a ditadura de Salazar”, segundo o testemunho de Miguel Urbano Rodrigues.¹ Reaparecido em Junho de 1958, sob a direcção de Vítor Ramos e de Manuel de Moura, este “técnico [em S. Paulo] numa transnacional francesa ligada à indústria do alumínio” (p. 149),² *Portugal Democrático* ganha nova importância com os ecos do clamor eleitoral da candidatura do general Humberto Delgado à Presidência da República e, posteriormente, com o exílio deste militar no Brasil. Um vasto grupo de intelectuais vai afluindo ao Brasil, a maioria como exilados, e ainda que nem todos participassem no jornal, este como que se estatua como órgão aglutinador de toda a oposição democrática no Brasil. Miguel Urbano Rodrigues, no citado primeiro volume das suas memórias, dá-nos conta dos oposicionistas que iam afluindo ao Brasil (S. Paulo, Rio de Janeiro e Salvador da Bahia) até 1960: Jorge e Nuno Fidelino de Figueiredo (filhos de Fidelino de Figueiredo), José Pedroso Lima, Tomás Ribeiro Colaço, Adolfo Casais Monteiro, Maria Archer, Ruy Luís Gomes, José Morgado, Joaquim Barradas de Carvalho, João Paulo Monteiro, Maria Beatriz Nizza da Silva, Jorge de Sena, Mário Henrique-Leiria, Castro Soromenho, Manuel Sertório, Veiga de Oliveira e Tito de Moraes, entre outros. Em 1958/59, Eduardo Lourenço fora professor de Filosofia na Universidade Federal da Bahia e passara por S. Paulo meses antes da chegada de Humberto Delgado (1959), tendo estabelecido relações cordiais com Miguel Urbano Rodrigues: “Estabelecemos uma relação fácil, de grande cordialidade”³ De seguida, o autor do livro explica a origem do artigo que Eduardo Lourenço escreve para o *Portugal Democrático*: “Eu tinha lançado no *Portugal Democrático*, no final de 1958, um desafio. Foi formulado num artigo intitulado «E Depois de Salazar?», em que convidava os elementos da oposição emigrada a debaterem o futuro de Portugal após a queda da ditadura”. E, logo a seguir: “Eduardo Lourenço, convidado por mim, enviou-nos um extenso artigo que foi publicado em duas edições do jornal. Assinou-os com um pseudónimo: Criticus”⁴ O título – «A Nova República deve nascer adulta» – enganava um pouco os leitores porque o conteúdo era menos prospectivo do que analítico do passado. Mais tarde incluiu esse pequeno ensaio num dos seus livros⁵ Reli-o recentemente. É um texto bem escrito, inteligente, mas não particularmente original, sequer polémico. Lourenço reflecte sobretudo sobre a Democracia e o Poder, sem nunca cair em abstracções, num vaivém entre a trágica herança do fascismo e a nação triturada pelo sistema. O trabalho de Eduardo Lourenço provocou, entretanto, reparos de Vítor Ramos. Mais pelo autor do que propriamente pelo conteúdo. Não o criticou abertamente, mas salientou, com razão, que o debate sobre o que viria depois da ditadura era muito menos útil do que participar na luta pelo seu derrubamento. Na véspera da saída da edição que publicava a segunda parte do artigo, Manuel Moura passou pela tipografia – o que não era habitual – e quis ler o texto. Não levantou qualquer objecção, mas foi quase brusco”⁶ Vítor Ramos e Manuel Moura, sendo simpatizantes do Partido Comunista Português, não podiam ideologicamente encontrar-se de acordo com o conteúdo do artigo de Eduardo Lourenço, um autêntico hino à futura democracia parlamentar em Portugal.

¹ Cf. Miguel Urbano Rodrigues, *O Tempo e o Espaço em que Vivi. I – Procurando um Caminho*, Porto, Campo das Letras, 2002, p. 149

² Idem, *ibidem*.

³ Idem, *ibidem*, p. 178.

⁴ Eduardo Lourenço receava ser preso ou impedido de entrar em Portugal quando aqui se dirigisse de férias, no Verão.

⁵ Miguel Urbano Rodrigues refere-se ao livro de Eduardo Lourenço, *O Fascismo Nunca Existiu*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1978.

⁶ Miguel Urbano Rodrigues, *op. cit.*, pp. 178-179.

E é justamente no parágrafo seguinte que Miguel Urbano Rodrigues regista uma afirmação que, não sendo verdadeira, poderá levantar no futuro alguns equívocos que convém desde já esclarecer. Escreve Miguel Urbano Rodrigues: "Eduardo Lourenço havia saído do PCP há pouco tempo. Nas conversas que manteve comigo não escondeu as divergências ideológicas que o separavam do Partido. Não era um anticomunista. Longe disso. Mas iniciava a evolução que no momento culminante da Revolução de Abril o aproximou do PS no combate a Vasco Gonçalves. No seu olhar sobre a política e as acções humanas dela indissociáveis, a sua mundividência distanciava-o cada vez mais dos seus antigos camaradas"⁷ Desconhecemos em que fontes Miguel Urbano Rodrigues baseou a informação de que Eduardo Lourenço teria pertencido ao Partido Comunista Português. Porém, todos os escritos deste autor, seja em Coimbra, na *Vértice*, seja em Lisboa, na *Seara Nova*, seja nos diversíssimos jornais e revistas de Lisboa e do Porto em que publicava, seja nos livros então publicados, *Heterodoxia I* (1949) e *O Desespero Humanista de Miguel Torga* (1955), desmentem categoricamente a filiação ideológica de Eduardo Lourenço no Partido Comunista Português. Bem pelo contrário, a ideologia marxista e a ideologia fascista são por este consideradas os dois pólos da ortodoxia dominante que, com a publicação de *Heterodoxia I*, o jovem Eduardo Lourenço intenta criticar. E se porventura, nos tempos de estudante e de formação da revista *Vértice* (1942), em que Eduardo Lourenço convive amiudadamente em Coimbra com os escritores neo-realistas politicamente empenhados, como, por exemplo, Álvaro Feijó, Joaquim Namorado, Carlos de Oliveira, se aproximou do Partido Comunista Português, então órgão político de auréola mítica entre os jovens estudantes de Coimbra e única organização clandestina contra o salazarismo, o conteúdo teórico das suas críticas literárias em *Vértice* e *Seara Nova*, bem como os seus artigos de filosofia em *Heterodoxia I* desmentem em absoluto uma convergência de ideias entre Eduardo Lourenço e este Partido, nomeadamente quando Miguel Urbano Rodrigues, referindo-se ao ano de 1959, afirma que "Eduardo Lourenço havia saído do PCP há pouco tempo".

Como dissemos, o artigo de Eduardo Lourenço para o jornal *Portugal Democrático* constitui um hino às virtualidades da democracia, não deixando dúvidas sobre o empenhamento democrático do seu autor no desejo de uma rápida restauração deste regime em Portugal, o único suficientemente heterodoxo para, sem se anular como sistema político de liberdade, poder suportar dentro de si inúmeras ortodoxias militantes:

... à Democracia cumpre pensar-se como a estrutura mais adequada para que no seu seio se realizem progressivamente as condições de libertação dos indivíduos. A Democracia não tem outro conteúdo que esse mesmo de promover essas condições. Ela não pode ser definida como regime da liberdade senão na medida em que se dá como fim a coexistência e a promoção de todas as formas de liberdade de uma dada sociedade. Por isso mesmo se pode dizer que a Democracia é o único regime que não tem liberdade própria. Ela é prisioneira do mais alto dever de não ter outra que a dos cidadãos.⁸

Respondendo ao inquérito de Miguel Urbano Rodrigues sobre o regime político que se seguiria à queda do Estado Novo, Eduardo Lourenço, com o artigo intitulado "A Nova República Deve Nascer Adulta", quer justamente significar que a nova república deve assentar em dois valores políticos

⁷ *Idem, ibidem*, p. 179.

⁸ Eduardo Lourenço, "A Nova República Deve Nascer Adulta" (1959), in *O Fascismo Nunca Existiu*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1976, p. 27.

irrecusáveis, a democracia e a liberdade, do cruzamento dos quais se demarcaria o que autor considera ser a democracia "adulta", diferente da antiga república parlamentar de 1910 a 1926:

o novo regime foi a expressão-resumo da Passividade Nacional, cultivada com paciência, método e amor dignos da melhor sorte. (...) A diferença essencial entre a República Democrática e o Estado Novo é que a primeira ia morrendo à medida que deixava triunfar o conformismo contra o qual nascera; o segundo aperfeiçoa-se na medida exacta em que o seu radical conformismo, de intenção e de facto, encontra nas obras a sua materialização. Salazar está convencido que, com mais uma demão da sua pedagogia, a criança pátria perderá de vez o desejo das maturidades malsãs.⁹

Assim, a essência política e cultural do Estado Novo é, para Eduardo Lourenço, o conformismo, sendo que a este conformismo ou passividade, natural nos portugueses, povo então essencialmente agrícola, acrescem mais "defeitos do nosso ser colectivo", potenciando-os ao máximo:

Durante 30 anos, com mão nocturna e diurna [Salazar] injectou na Nação doses cada vez mais elevadas de conformismo social, político, pedagógico, religioso, potenciando ao máximo os defeitos do nosso ser colectivo. Chamava a isso fazer obra de «nacionalismo». Aconchegar-se na Nação, explorar-lhe a infantilidade, o orgulho, a vaidade palerma, o imperialismo de pacotilha, distraí-la com os próprios defeitos, constituíram objectivo de uma «sábua política». Os apelos contrários ao trabalho sério, à organização racional só em mínima parte alteram aquela constante do Estado Novo, que foi a de distrair o povo. Entenda-se, distrai-lo de si mesmo, narcotizá-lo, transferir para ele o sentimento de um autocontentamento inventado dos pés à cabeça para evitar a pavorosa emergência de ter um dia de se encontrar como ele face a face.¹⁰

Assim, diferentemente do espírito urbano cosmopolita dos primeiros anos da I República, propiciador do lançamento de *Orpheu*, o Estado Novo é dominado por anacrónicas categorias de mentalidade rural ("pobres camponeses promovidos" a funções no aparelho de Estado)¹¹ que presumem encontrar a salvação da nação na crença num "messias político, curiosamente reforçado por uma herança terrível de odioso catedratismo coimbrão de infalibilidade professoral"¹² Assentando o regime no "Medo"¹³ e no "terror organizado",¹⁴ Salazar apresenta-se como "salvador, não da nação, como ilusoriamente imagina, mas de um estilo arcaico de existência que ele confunde, por educação e incapacidade dialéctica, com as exigências actuais da vida portuguesa":

O salazarismo não nasceu do nada. Exprime, ou exprimiu, excelentemente, os interesses e as ideias de uma parte da Nação, aquela eterna parte de um povo a quem o conformismo aproveita porque é incapaz de renovação e de esperança. Salazar interiorizou a tal ponto esses interesses que não o pôde compreender que não coincidam com os interesses gerais da Nação. Em teoria, a sua doutrina do Bem Comum, subjectivamente certa, é a máscara dos interesses concretíssimos de uma burguesia secretamente aterrorizada pelas injustiças que é incapaz de remediar. O génio de Salazar foi fornecer-lhe o sistema capaz de adormecer um medo que poderia ser salutar. O corporativismo meteu-se de permeio entre a burguesia e a generalidade da Nação, não para evitar os conflitos e estabelecer boas relações entre as partes, mas para impedir que elas se vissem uma à outra, perpetuando assim o gozo de uma injustiça há muito reduzida sem essa «paternal» invenção.¹⁵

⁹ Idem, *ibidem*, p. 17.

¹⁰ Idem, *ibidem*, pp. 17-18.

¹¹ Idem, *ibidem*, p. 20.

¹² Idem, *ibidem*, p. 19.

¹³ Idem, *ibidem*, p. 20.

¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 21.

¹⁵ Idem, *ibidem*, pp. 21-22.

A substituição do regime de “ordem” e de “autoridade” do salazarismo, que com estas expressões levantava *moto continuo* os fantasmas da agitação e anarquia da “velha república” e/ou do comunismo (pp. 24-25), deveria fazer-se, segundo Eduardo Lourenço, com um dinamismo social e ideológico semelhante ao da “renovada paixão popular que nos fins do século XIX e princípios do XX presidiu ao nascimento da primeira República”:

O essencial é a construção positiva de uma Nova República capaz de integrar, harmoniosa, mas firmemente, as antinomias mortais dos últimos cento e cinquenta anos de vida política nacional. Como devemos imaginar essa integração? Em primeiro lugar sob o signo de um reconhecimento lúcido dos antagonismos em presença. É a única maneira de permitir à Nova República nascer adulta (recorde-se ser este o título do artigo, nosso). Só assim testemunhará que não foi inútil a passagem pelo purgatório daquela liberdade que a primeira República não conseguiu exprimir adequadamente no viver social e político da Nação. Esse reconhecimento não poderá ser simples contemplação passiva da coexistência de inimigos à espera das mútuas fraquezas para se dilacerar. Sem medo à aparente contradição, a liberdade tem que organizar a liberdade, dar-se o estatuto que a salve do estrangulamento sempre possível dos seus adversários. Não há duas maneiras de fazê-lo. Constitucionalmente, a Democracia tem de definir os limites a partir dos quais nega a sua essência e se converte no seu contrário.¹⁶

Como se constata pelo texto de Eduardo Lourenço, o nascimento adulto da “Nova República” significa a postulação de um regime democrático fundado na liberdade, mas também claramente repulsor dos seus “adversários”, os quais, neste momento histórico, não podiam ser senão os grupos ou movimentos de carácter fascista. Deste modo, Eduardo Lourenço prevê a necessidade de um “Executivo forte”: “A Democracia deve perder a falsa vergonha de se crer incompatível com um Executivo forte. Forte pela independência constitucional e concreta que determinam a sua acção, mas mais forte ainda moralmente pela vontade expressa de se submeter periodicamente ao julgamento da Nação”¹⁷ Seria justamente este “executivo forte”, legitimado pelo voto popular, que apresentaria à “Nação um texto capaz de salvaguardar, no sentido de uma Democracia fortemente estruturada, as exigências complementares de justiça e de liberdade”¹⁸ Findando com a retórica patrioteira do Estado Novo sobre as colónias, deve o novo regime democrático

resolver um urgente problema social e político, mas para impedir a verdadeira, a grande catástrofe a que o Estado Novo nos está conduzindo sem que a maioria da Nação, inclusive, muito democrático, tenha disso uma vaga ideia. Referimo-nos às nossas províncias ultramarinas. Só uma transformação radical do Regime português pode evitar a sua perda. A mentalidade política reinante é a mãe das cegueiras fatais e justas. Se a Nova República tardar muito não haverá poder no céu e na terra que nos subtraia ao destino miserável de nos confinar à estreita faixa europeia que há cinco séculos não nos basta. (...) Liquidar o Estado Novo não é hoje apenas o reflexo nacional por excelência, é uma questão de vida ou de morte para Portugal.¹⁹

Na sua obra, esta é primeira referência de Eduardo Lourenço à questão colonial portuguesa, que, no artigo seguinte, de 1960, para o *Portugal Livre*, e, sobretudo, no texto de 1961-63, *Situação Africana e Consciência Nacional* (só publicado em 1976), desenvolverá mais prolongadamente.

¹⁶ Idem, *ibidem*, pp. 25-26.

¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 28.

¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 29.

¹⁹ Idem, *ibidem*, pp. 25-26.

²⁰ Idem, *ibidem*, pp. 30-31.

Segundo Eduardo Lourenço, a questão colonial só poderá ser resolvida pondo "a Nação diante de si mesma como o Estado Novo, por definição, é incapaz"²⁰ Retomando a tese apresentada no primeiro capítulo de *Heterodoxia I*, "Europa ou o Diálogo que nos Falta", Eduardo Lourenço sublinha que "A Nova República aparece como a encarnação da necessidade histórica desse diálogo. Temos de reaprender a falar"²¹ Porém, este diálogo tanto não pode passar pela assunção prosélita de "verdades menores sempre anunciadas como definitiva Verdade", como ainda que não deve ser substituído pela emergência de "ideologias,"²² institucionalizadas como ortodoxias mentais inibidoras do diálogo como essência da democracia. E anunciando-se já, em 1959, 16 anos antes, o empenhamento político de carácter social de Eduardo Lourenço em 1974/75, conclui contra o "neutralismo ou indiferentismo democrático"²³

Em resumo, e concretamente, a *Democracia é politicamente partidária*. A promessa de estar acima dos interesses divergentes é o logro banal das filosofias reaccionárias. O pastor não pode ser neutro entre o rebanho e o lobo. O Estado Novo também o não é, embora se dê como tal. O que acontece é ele ter escolhido o partido do lobo contra o rebanho. Decretar *a priori* a harmonia do Capital e do Trabalho e imobilizá-los um em face do outro por contratos colectivos em que só um é livre, seria a invenção mais burlesca do século se não fosse trágica. A Democracia não pode endossar essa farsa política. O seu dever é claro e tem de enfrentá-lo sem hesitações sob pena de se negar. A sua essência é a encarnação, a defesa e a promoção dos interesses da maioria da Nação. O alvo de um Bem Comum abstracto, suprimindo já em pensamento o facto positivo do conflito de classes e da injustiça gritante existente nessas relações, não basta. Esse bem Comum só tem um verdadeiro nome: é o dos *comuns*. É pelo fio condutor destes interesses que tudo tem de regular-se e não pela soma dos interesses privados de uma minoria, por mais enraizados que sejam ou pareçam. A legitimidade destes últimos é estrita função dos primeiros e só merece existir na medida exacta em que não vai ao seu encontro. Determinar esses limites, precisá-los ou removê-los, fazer triunfar lenta mas seguramente os interesses dos comuns sobre o interesse dos privilegiados é a vida mesmo da Democracia.²⁴

1.2. Colaboração em Portugal Livre

No ano seguinte, em 1960, Eduardo Lourenço publica novo artigo de carácter político, agora no jornal *Portugal Livre*, igualmente de S. Paulo, dedicando-o a Miguel Urbano Rodrigues e a Vítor Cunha Rego, justamente os dois fundadores do jornal. Nas suas memórias, Miguel Urbano Rodrigues descreve-nos a fundação do *Portugal Livre*: "Ocorreu-me a ideia de fundar um jornal. Falei primeiro com Vítor da Cunha Rego. Ficou entusiasmado com o plano que esbocei. Contaríamos com o apoio de Henrique Galvão e quase certamente com o do general Humberto Delgado, que se distanciara do *Portugal Democrático* (...) O futuro mensário teve o nome – *Portugal Livre* – antes de estarem resolvidos problemas sem os quais não passaria de projecto. Decidimos que teria uma linha editorial

²¹ Idem, *ibidem*, p. 31.

²² Idem, *ibidem*, p. 32.

²³ Idem, *ibidem*, p. 33.

²⁴ Idem, *ibidem*, p. 34.

revolucionária, mas o debate sobre o seu conteúdo preciso foi adiado. Não suportávamos a linguagem, dos republicanos históricos, não acreditávamos na democracia burguesa, nem na tese sobre a desagregação irreversível do fascismo. Defenderíamos uma unidade voltada para a acção e não uma unidade imobilista. (...) Humberto Delgado juntou-se a nós, embora sem qualquer compromisso. Henrique Galvão pesou na sua decisão. Ambos escreveram artigos para o primeiro número, lançado em Janeiro de 1960”.²⁵

Neste novo artigo, intitulado “Brasil – Caução do Colonialismo Português”, mais tarde igualmente inserido em *O Fascismo Nunca Existiu*,²⁶ Eduardo Lourenço já explicita duas características na sua análise política que doravante marcarão os seus textos relevantes nesta área: 1. – subordinação do factor político ao factor cultural, ou, dito de outro modo, radicação e integração da política na cultura; 2. – emergência de um conjunto de termos que, desde 1955, no seu texto “«Orpheu» ou a Poesia como Realidade”, e 1958, no seu texto sobre as Forças Armadas, “O Exército ou a Cortina da Ordem”, vão ganhando uma cada vez mais intensa força conceptual enquanto organizadores semântico-ideológicos do seu discurso, e que se consolidarão definitivamente nesta passagem entre a década de 50 e de 60, constituindo-se posteriormente a marca analítica do autor em *Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*, em 1978: “mitologia”, “imagem”, “irrealismo”. Embora a exacta palavra “irrealismo” não se encontre presente neste texto, o seu conceito, bem como o seu contrário, estão aí bem presentes:

Sem surpresa alguma para quem conhece o povo português e a vida imaginariamente épico-retórica em que vive por dentro o conceito de “irrealismo”, à falta de viver uma autêntica e *realista* (sublinhado nosso) vida colectiva por fora, todos estes êxitos têm um pano de fundo comum. Salazar não é o primeiro homem político a explorar a mitologia histórico-sentimental dos portugueses. Nisto, como em muita outra coisa, é herdeiro. Mas ninguém se serviu dela com tão consciente e cínica precisão. Salazar utiliza-se do sentimentalismo, do nacionalismo, do anacronismo épico do seu povo [de novo, o conceito de “irrealismo”] com a sem-cerimónia com que um professor de música se serve do piano velho dos alunos. Este constante e supremo à-vontade prova, e prova-lhe, que bate na tecla certa. Foi assim em 1940, nas Comemorações Centenárias, foi supremamente assim no caso de Goa, artificiosa e maquiavelicamente exagerado, e foi igualmente assim com as Comemorações Henriquinas, conclusão lógica, histórica e mítica de trinta anos ininterruptamente comemorantes.²⁷

Como se torna evidente, as expressões “à falta de viver uma autêntica e realística vida colectiva por fora” e “para quem conhece o povo português e a vida imaginariamente épico-retórica em que vive por dentro”, bem como a expressão “anacronismo épico”, significam justamente o que desde 1955 Eduardo Lourenço vem propondo com a sua teoria do irrealismo histórico-cultural permanente de Portugal desde finais do século XVI e fortemente agudizado pela propaganda nacionalista do Estado Novo. A partir deste texto de 1960, e exceptuando breves artigos de circunstância jornalística publicados após o 25 de Abril de 1974, dificilmente encontraremos um texto de Eduardo Lourenço sobre a área política da sociedade que não seja elevado ou fundamentado por uma análise cultural, pelo que, de certo modo, podemos estatuir o artigo “Brasil – Caução do Colonialismo Português” como um dos textos fundadores da hermenêutica cultural eduardina. É assim que logo no início deste texto, Eduardo Lourenço se diferencia dos diversos comentadores do *Portugal Livre*

²⁵ Miguel Urbano Rodrigues, *op. cit.*, pp. 189-190.

²⁶ Eduardo Lourenço, “Brasil – Caução do Colonialismo Português”, [1960], in *O Fascismo Nunca Existiu*, ed. cit., pp. 37 – 49.

²⁷ *Idem*, *ibidem*, p. 40.

sobre a análise da visita do presidente brasileiro Juscelino Kubitschek a Portugal, justamente porque todas as análises apenas procuravam o comentário político, enquanto que a sua tenta atingir “a verdadeira natureza da viagem presidencial”, a qual se encontra subordinada a uma “mitologia superior aos [dos] políticos”²⁸ E a seguir acrescenta: “

Mas falta nas vossas análises a referência explícita, fundamental, àquilo que multiplica a gravidade do acto praticado pelo Presidente Kubitschek e lhe dá a *verdadeira dimensão* (sublinhado por nós) em termos de política interna e externa portuguesa, assim como marca esse gesto, quando visto do lado brasileiro, de um significado muito mais transcendente, pois ofende na raiz a essência mesma da mitologia brasileira. Quero eu dizer, falta situar essa viagem no seu horizonte específico: as Comemorações Henriquinas.²⁹

Como atrás explicitámos, para Eduardo Lourenço a “verdadeira dimensão” da viagem do presidente brasileiro não se encontra na sua directa expressão política, mas no nível cultural, ou seja, na caução que Kubitschek veio prestar, como presidente da única ex-colónia de Portugal, às comemorações dos quinhentos anos da morte do Infante D. Henrique³⁰ pelas quais, numa retórica histórica grandiloquente, num epicismo anacrónico, o regime político português de então mascara a fragilidade constitutiva de se ver confrontado com a secessão de Goa, Damão e Diu a favor do Estado Indiano e com as reivindicações independentistas de Guiné-Cabo Verde, Angola e Moçambique. Assim, povo ex-colonizado por Portugal, o povo brasileiro surgia agora na cena internacional celebrando as glórias expansionistas do Infante D. Henrique a par com o povo ex-colonizador, permitindo que, por via da união celebratória entre ambos, Portugal se apresentasse ao mundo como país colonizador exemplar. Leiamos Eduardo Lourenço:

Qual seja a figura que o Brasil do presidente Kubitschek assumiu vindo receber em Lisboa, em 1960, de mãos dadas com Salazar, os convidados às «Comemorações Henriquinas», é claro como água: é a *de caução do Colonialismo*. E isto é mil vezes mais grave e imperdoável do que é a falta moral e política de injectar através da mesma presença mais um balão de oxigénio a uma hipócrita política totalitária. O presidente Kubitschek, com uma felicidade que os seus concidadãos devem apreciar, fez dominó para os dois lados. Mas o primeiro fecho desfigura totalmente o Brasil porque o atinge na sua mitologia profunda de nação anticolonialista e no prestígio que ela tem o direito de tirar dessa constante diplomática dos seus governantes. O Brasil era a última das Nações a poder participar sem se renegar na sua essência, no insultante e louco festival do colonialismo que são as «Comemorações Henriquinas». Mas por isso mesmo era a única que não podia faltar sem que as «Comemorações» perdessem todo o sentido para que foram orquestradas. Toda a vitória de Salazar é resumida pela ingénua confissão dos seus escribas religando a celebração à presença do presidente do Brasil.³¹

Este excerto dá-nos conta da argumentação de Eduardo Lourenço relativamente à sua interpretação da visita do presidente brasileiro a Portugal em 1960, sublinhando que a questão da visita não reside exclusivamente no plano político, mas sim no plano simbólico-cultural (a “mitologia”): é grave e importante que Juscelino Kubitschek, diz Lourenço, contribua com mais “um balão de oxigénio” para a perpetuidade da política totalitária de Salazar, mas mais grave ainda é permitir-se

²⁸ Idem, *ibidem*, p. 38.

²⁹ Idem, *ibidem*, pp. 39-40.

³⁰ Sobre as Comemorações Henriquinas, cf. Maria Isabel João, *Memória e Império, Comemorações em Portugal (1880 - 1960)*, 2 volumes, Lisboa, Universidade Aberta, 1999.

³¹ Eduardo Lourenço, “Brasil - Caução do Colonialismo Português”, *ed. cit.*, pp. 43-44.

caucionar com a sua presença uma exemplaridade colonial que apenas existe na retórica histórica do Estado Novo. Porém, esta eloquência hipostasiadora da missão civilizacional salvadora de Portugal não fora inventada por Salazar nem se encontrava desconforme com a própria mentalidade popular:

O maquiavelismo provinciano de Salazar sabe muito bem o que faz. Representante de uma Nação que por mal dos seus pecados não é acidental mas essencialmente colonialista, a única no mundo tão tragicamente conforme a essa vocação que no momento exacto de duvidar dela a exalta com um frenesi que toca as raízes da loucura e da grandeza, Salazar quis administrar aos olhos do mundo a prova que o nosso colonialismo é de essência positiva e radicalmente diferente dos outros.³²

Note-se a ideia de Eduardo Lourenço, que à frente desenvolveremos, da especificidade do colonialismo português, não no sentido de uma pluralidade de raças sob uma presumível unidade de Estado, ou sob a bandeira ideológica do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre, mas no sentido

que o nosso colonialismo, ao contrário do que se afirma, é a mais retrógrada, a mais implacável, a mais sofisticada, a mais imbecil de todas as formas de colonialismo conhecidas hoje. Ele é exactamente, à imagem da situação política e social da metrópole, a mais anacrónica e estúpida do mundo ocidental. (...) A raiz verdadeira, porém de tão estranha permanência e difusão do mito do nosso colonialismo «diferente dos outros» reside na identidade substancial das situações metropolitanas e colonial, *ambas coloniais*, a tal ponto que salvas certas manifestações tipicamente escravagistas e cada vez mais incompatíveis com os tempos, com a melhor consciência do mundo o colonizado da metrópole não acha muito estranha a situação do colonizado das «províncias», nem a má consciência o apavora quando se comporta diante dele como no fundo o senhorito da metrópole se comportava para com ele. A nossa idílica harmonia colonial, condimentada com epiderme exótica e alguma água benta, repousa sobre esta cinzenta identidade.³³

Porém, este excerto de Eduardo Lourenço não indicia uma análise de sociologia marxista, como aparentemente parece indicar registando o conceito de Portugal como país em vias de desenvolvimento que coloniza e é igualmente colonizado por potências imperiais de superior desenvolvimento económico; diferentemente, Eduardo Lourenço quer significar que Portugal, ao contrário de outros países europeus, é um país em que, por via da especificidade da sua História, “nós somos ou nós nos colocámos na situação de povo intrinsecamente colonizador”,³⁴ já que a nossa história só ganha sentido civilizacional quando deixámos de ser nós próprios para sermos nós próprios mais a cultura alheia que simultaneamente recolhemos e criámos em África, na Ásia e no Brasil. Por isso, escreve o autor: “somos colonialistas como somos portugueses”,³⁵ identificação histórica que o briga igualmente a escrever:

É por isso que na tenebrosa situação em que nos encontramos a nossa África é antes de tudo *um problema metropolitano*. E não o digo por pensar que a solução do famoso problema africano depende da solução metropolitana, mas pelo contrário: a solução metropolitana depende da de África, mas é esta que tem a prioridade, a tal ponto nós somos ou nós nos colocámos na situação de povo *intrinsecamente colonizador*.³⁶

³² Idem, *ibidem*, p. 44.

³³ Idem, *ibidem*, pp. 46-47.

³⁴ Idem, *ibidem*, p. 46.

³⁵ Idem, *ibidem*, p. 48.

³⁶ Idem, *ibidem*, p. 46.

Considerando esta identificação imagética ou simbólica entre a essência cultural e civilizacional de Portugal e o momento histórico dos Descobrimentos, Eduardo Lourenço conclui que a especificidade do colonialismo português se deve ao seu carácter pioneiro entre os povos europeus:

Sem dúvida há um ponto sobre o qual o mito do colonialismo (português, nosso) é exacto: ele é realmente diferente dos outros. Quando existia, um outro se nos assemelhava, mas sem nos igualar: o castelhano. Ingleses, franceses, holandeses, belgas eram, foram ou são *colonialistas* que se aceitam como tais. Mas nós não sabemos o que é isso. Somos colonialistas como somos portugueses. É que durante séculos esta imagem, tanto quanto os costumes do tempo o autorizavam, se aproximou da verdade. Desta imagem que foi sobretudo a nossa no Brasil jamais nos pudemos desfazer. Em nome dela julgámo-nos com todos os direitos como se de toda a eternidade nós, os primeiros brancos, já ali estivéssemos, subentendendo-se que civilização e branco eram sinónimos e o mundo começava com a civilização. Em nome dela e não de um seu aspecto tardio, como a Inglaterra vitoriana e a França de Jules Ferry, nós liquidámos com uma boa consciência absoluta as primeiras grandes manifestações de desagrado africano. Mousinho, célebre herói, é justamente o liquidador da nossa imagem mais ou menos aceitável, dando de barato que o escravagismo não seja a mais inextinguível das faltas e aquela que deve ser paga.³⁷

Que a questão colonial, devido aos acontecimentos marcantes do início da década de 60, como a secessão dos estados indianos e o início da Guerra do Ultramar, se torna dominante na reflexão de Eduardo Lourenço provam-no os seus dois textos que a seguir analisaremos.

2. A Questão Colonial e a Contestação das Teses do Luso-Tropicalismo

2.1. O Luso-Tropicalismo de Gilberto Freyre

Referida pela primeira vez no artigo imediatamente acima referido, a questão colonial vai sofrer da parte de Eduardo Lourenço uma longa reflexão de cerca de meia centena de páginas, escritas entre 1961 e 1963, embora, devido à censura política então vigente, só publicadas em 1976, em *Situação Africana e Consciência Nacional*³⁸. Esta obra deve ser acompanhada pela leitura do artigo "A Propósito de Freyre (Gilberto)", escrito no mesmo período e publicado no jornal *O Comércio do Porto*, em 11 de Julho de 1961,³⁹ em que Eduardo Lourenço critica o conceito de "luso-tropicalismo" apresentado por este autor.

Já em 1960, no artigo que acabámos de analisar, escrito para o *Portugal Livre*, de S. Paulo, Eduardo Lourenço tivera palavras fortemente críticas para com a obra de Gilberto Freyre: "... nenhum intelectual safado género Gilberto Freyre e suas burlescas invenções de erotismo serôdio (...) podem tirar dos ombros do português, tranquilamente paternalista e fanfarrão o dever de despertar para os seus deveres e seus atrasos [relativamente à questão colonial]"⁴⁰. Estas palavras

³⁷ Idem, *ibidem*, pp. 48-49.

³⁸ Eduardo Lourenço, *Situação Africana e Consciência Nacional* (local de publicação, Ed. Gênese, 1976, "Cadernos Critério - 2"; de notar que o número 1 destes "Cadernos Critério" é constituído pelo livro de Vitorino Magalhães Godinho, *A Democracia Socialista. Um Mundo Novo e um Novo Portugal*, também editado em 1976.

³⁹ Eduardo Lourenço, "A Propósito de Freyre (Gilberto)", mais tarde inserido em *Ocasionalmente I - 1950 - 1965*, Lisboa, Edições Regra do Jogo, s/data (1984).

⁴⁰ Eduardo Lourenço, "Brasil - Caução do Colonialismo Português", ed. cit. p.49.

amargas de Eduardo Lourenço referem-se tanto à obra de Gilberto Freyre⁴¹ como à atitude de manipulação propagandística que o Estado Novo fazia dos conteúdos dos seus livros, nomeadamente da sua teoria luso-tropicalista. Gilberto Freyre tinha estado em Lisboa, em 1951, a convite do Governo Português, tendo realizado uma longa viagem de estudo “a Cabo Verde e Guiné, depois Goa, e finalmente a Moçambique, Angola e S. Tomé. Dessa viagem nos deram logo a seguir conta, como todos conhecem, os dois livros «Aventura e Rotina» e «Um Brasileiro em Terras Portuguesas»⁴² Gilberto Freyre defende na sua obra que, devido à singular mistura de raças de que o português se originou e ao clima quente da Península Ibérica, como que existiria uma dupla vocação portuguesa para uma adaptação universal ao clima tropical, da Ásia ao Brasil, com forte apetência de miscigenação regional sem subjugação do “outro”, numa particular combinação rática entre branco, negro e ameríndio em torno da “Casa Grande” (centro de poder económico, social e religioso) e da “Senzala” (centro de práticas ancestrais pagãs), cuja síntese civilizacional estaria na base da formação do Brasil moderno. Deste modo, a colonização portuguesa não deveria ser confundida com outros tipos históricos de colonização, como a castelhana, que violentou e chacinou povos e culturas, ou como a inglesa na Índia, que reinou e subjugou, mas não se misturou, ou como a francesa e holandesa, de profundo carácter económico. Diferentemente, o português instalou-se nos Trópicos, multiplicou-se unido-se a indígenas, sedentarizou-se definitivamente, promovendo novas formas organizativas de produção (o “engenho”), disseminando por todos os Trópicos novas espécies agrícolas e novas formas de comércio. Tendo as duas principais obras de Gilberto Freyre sido publicadas ao longo da década de 30 (*Casa Grande & Senzala*, em 1933, e *Sobrados e Mucambos*, em 1936), consideradas hoje estudos pioneiros da sociologia brasileira, as críticas de Eduardo Lourenço não podem deixar de ser contextualizadas segundo o aproveitamento político que o Estado Novo faz desta obra para efeitos de propaganda internacional, evidenciando a legitimidade da perpetuidade da presença de Portugal em África e na Ásia devido à especificidade da colonização portuguesa. Por outro lado, o luso-tropicalismo de Gilberto Freyre como que estabelecia a base científico-ideológica da alteração da designação de “Colónias” para “Províncias Ultramarinas”, promovida pelo “Acto Adicional” de 1951 à Constituição Portuguesa, legitimando esta alteração a filosofia integracionista dos povos colonizados no universo cultural, administrativo e religioso português⁴³ Existe, assim, uma cumplicidade ou afinidade tácita entre as teses luso-tropicalistas de Gilberto Freyre e os interesses ultramarinos do regime de Salazar, sendo esta cumplicidade abundantemente explorada pelo Governo de Portugal que, para além do convite, aceite e cumprido, como vimos, para uma prolongada estadia nos territórios do então Império Português na década de 50, formula o convite para que Gilberto Freyre profira a conferência inaugural do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos, no âmbito das Comemorações Henriquinas, em 1960 e agracia Gilberto Freyre com o doutoramento *Honoris Causa* por Coimbra, em 1962⁴⁴ Gilberto

⁴¹ Eduardo Lourenço refere-se nomeadamente aos monumentais estudos de *Casa Grande & Senzala* (1933) e *Sobrados e Mucambos* (1936), mas também a *Uma Cultura Ameaçada: A Luso-Brasileira* (1940), *O Mundo que o Português Criou* (1940), *Um Brasileiro em Terras Portuguesas* (1953), *Aventura e Rotina* (1953), *Integração Portuguesa nos Trópicos* (1958) e o livro então recentemente publicado *O Luso e o Trópico* (1961),

⁴² Cf. M. M. Sarmiento Rodrigues, *Gilberto Freyre*, Lisboa, Edição do Autor, 1972, p. 18.

⁴³ Cf. Adriano Moreira, *Estudos de Ciências Políticas e Sociais I, Política Ultramarina*, Lisboa, Redições do Ministério do Ultramar, Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1956, por exemplo, cap. III, & 4, pp. 295-324.

⁴⁴ Cf. A. Miranda e Barbosa, *Elogio de Gilberto de Mello Freyre*, Coimbra, Edição da Universidade de Coimbra, 1962.

Freyre regressa a Portugal em 1967 para receber a homenagem da Academia Internacional de Cultura Portuguesa,⁴⁵ bem como em 1970, para proferir a conferência "O Homem Brasileiro e a sua Modernidade", na Fundação Calouste Gulbenkian, em 29 de Maio de 1970. Após o inevitável desencontro político, emergido com a revolução do 25 de Abril de 1974, entre a nova política governamental de descolonização e as ideias contidas na obra de Gilberto Freyre, como que gradualmente se foi assistindo a uma pacificação entre o regime democrático liberal português e as ideias freyrianas, consideradas agora já de carácter histórico. Concorreram para esta pacificação a homenagem prestada pela Academia das Ciências de Lisboa, em 1983, aquando do cinquentenário da publicação do livro *Casa Grande & Senzala*,⁴⁶ e a publicação, neste mesmo ano de 1983, de um artigo de 1981 de David Mourão-Ferreira, intelectual insuspeito de adesão a doutrinas colonialistas.⁴⁷ Como se constata, desde a década de 50 até ao ano de 1970, Gilberto Freyre é assídua visita não inocente do Governo e de instituições portuguesas, pretendendo estas, principalmente na década de 60, retirar dividendos das teses de Gilberto Freyre face à nova realidade mundial fortemente anti-colonialista.

Eduardo Lourenço condena a doutrina sociológica e antropológica de Gilberto Freyre como expressão uma visão limitada do "branco" sobre a realidade colonial e como uma perspectiva anacrónica que, mesmo admitindo a sua correcção teórica explicativa para a formação do Brasil moderno, dela não se poderia extrair conclusões universais que, prolongadas no tempo, surgiriam no século xx como justificações ideológicas de regimes fascistas e de situações de profunda desigualdade entre povos colonizador e colonizado. Porém, o que Eduardo Lourenço mais condena neste seu artigo sobre a obra de Gilberto Freyre é a exploração acrítica e deformante das próprias teses do Luso-Tropicalismo por parte de funcionários público e outros seguidores do Estado Novo.

Tentando compreender a violenta crítica de Eduardo Lourenço e continuando a contextualizá-la no seu tempo histórico (passagem entre as décadas de 50 e 60), vejamos o exemplo do registo da passagem de Gilberto Freyre por Goa, em 1956, cujo discurso de saudação no Instituto Vasco da Gama, nesta cidade, coube ao desembargador da Relação de Goa, António de Miranda. Deformando o espírito da obra de Gilberto Freyre e banalizando-o mais como ideologia de propagando do que como resultado científico, escreve António de Miranda: "Das três raças, a portuguesa, negra e índia que contribuíram (sic) para a constituição do núcleo populacional do Brasil, desempenhou a raça negra mais do que a ameríndia um papel importante no auxílio que prestou ao colono português"⁴⁸ Note-se a veiculação da ideia histórica concordista e passivista da expressão "auxílio que prestou ao colono", como se entre negro escravo e colono se se tratasse de uma relação de "auxílio". Logo a seguir, e ao fim e ao cabo ridicularizando os estudos de Gilberto Freyre sobre o "erotismo" do português nos Trópicos, escreve António de Miranda: "Demonstra Gilberto Freire (sic) no seu livro como o português cumpriu à letra o preceito bíblico: «crescei e multiplicai-vos» e contribuiu para a povoação de terras desertas, levando todas as mulheres brancas, negras, índias (sic), negras-minas,

⁴⁵ Cf. José Júlio Gonçalves, *Gilberto Freyre, o Sociólogo e o Teorizador do Luso-Tropicalismo*, Lisboa, separata do Boletim da Academia Internacional de Cultura Portuguesa, 1967, pp.49-72.

⁴⁶ Cf. José Pinto Peixoto, Pedro Soares Martínez, Britaldo Rodrigues, Francisco da Gama Caeiro, Gilberto Freyre, *Sessão de Homenagem a Gilberto Freyre*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1983.

⁴⁷ Cf. David Mourão-Ferreira, *Gilberto Freyre, Criador Literário*, Comunicação Apresentada à Classe de Letras na Sessão de 5 de Fevereiro de 1981, Lisboa, Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, 1983.

⁴⁸ Cf. António de Miranda, *Gilberto Freire*, Bastora-Goa, Ed. do Autor (?)-Tipografia Rangel, 1956, p. 3.

mulatas, cabrochas, quadraronas e oitavonas a pagarem com filhos o seu tributo para a colonização do Brasil corrigindo assim o tremendo lapso do Criador de ter deixado despovoado esse imenso território...”⁴⁹ E continua António Miranda: “Foi misturando-se gostosamente com mulheres de côr logo ao primeiro contacto e multiplicando-se em filhos mestiços que uns milhares de machos atrevidos conseguiram firmar-se na posse de terras vastíssimas...”⁵⁰ – note-se as infelizes expressões, como “machos atrevidos”, para caracterizar as conclusões sociológicas de Gilberto Freyre. Embora menos propagandístico, é no entanto como reflexo do mesmo espírito de defesa de um Império Colonial ameaçado, e não como reflexo de uma mentalidade científica de investigação, que se deve ler o louvor de Miranda e Barbosa na Universidade de Coimbra, em 1962, aquando do doutoramento *Honoris Causa* de Gilberto Freyre. Porém, a crítica à filosofia do Luso-Tropicalismo não provinha exclusivamente dos meios oposicionistas ao Estado Novo: já em 1956, o romancista caboverdeano Baltazar Lopes, aos microfones da Rádio Barlavento, tinha criticado fortemente a visita de Gilberto Freyre a Cabo Verde, evidenciando como as conclusões a que este chegara careciam de comprovação científica, nomeadamente a sua tese sobre a influência predominantemente africana do homem caboverdeano. Considerando que a visita de Gilberto Freyre “apenas arranhou o litoral de três das nossas ilhas”,⁵¹ Baltazar Lopes critica a análise superficial do sociólogo brasileiro, cuja visita se atinha mais a efeitos de propaganda do que a efeitos de investigação séria. Ao longo de quatro programas da Rádio Barlavento, registadas posteriormente em 52 páginas do livro *Cabo Verde Visto por Gilberto Freyre*, circunscrevendo-se unicamente às teses deste autor sobre Cabo Verde, Baltazar Lopes critica-as fortemente, evidenciando-as como baseadas em fontes e observações muito limitadas.

Pensamos que, face a este enquadramento conceptual, estamos em condições de entender a crítica ofensiva que Eduardo Lourenço profere contra Gilberto Freyre. Se, em 1960, Eduardo Lourenço classificava Gilberto Freyre como “intelectual safado”, em 1961, no artigo publicado em *O Comércio do Porto*, intitulado “A Propósito de Freyre (Gilberto)”, Eduardo Lourenço critica severamente toda a obra deste autor, mesmo a que sociologicamente era considerada como a aplicação de métodos científicos à realidade brasileira, como os seus livros da década de 30. De um ano para outro, as palavras de Eduardo Lourenço permanecem duras:

... a sua [de Freyre] pouca ou nenhuma seriedade objectiva e o falso brilho de fórmulas feitas, tematizadas de livro em livro com fatigante ênfase. (...) Um nefasto aventureirismo intelectual, incoerente e falacioso, desmascarando ao mesmo tempo o falso liberalismo deste amador de estéticas imperialistas⁵²

Esta linguagem ríspida, não habitual em Eduardo Lourenço, revela-nos que, sob o ataque crítico à obra de Gilberto Freyre, mas englobando esta, se esconde o ataque crítico de Eduardo Lourenço ao regime político português que então, como vimos, beneficiava da teoria luso-tropicalista de Freyre.⁵³ Acusando a metodologia freiriana de não ser mais do que um “puzzle” de “notas de leitura” e “observações históricas”, servindo-se de “dados ou exemplos fora dos contextos próprios, pondo

⁴⁹ Idem, *ibidem*, p. 4.

⁵⁰ Idem, *ibidem*, p. 5.

⁵¹ Cf. Baltazar Lopes, *Cabo Verde Visto por Gilberto Freyre*, Praia, Imprensa Nacional, Divisão de Propaganda, 1956, p. 7.

⁵² Eduardo Lourenço, “A Propósito de Freyre (Gilberto)”, *ed. cit.*, p. 105.

⁵³ Sobre a teoria luso-tropicalista de Gilberto Freyre, cf., para além da bibliografia já citada, Maria Isabel João, *op. cit.*, II Vol., pp. 754 – 762.

no mesmo plano factos separados por séculos”, Eduardo Lourenço considera que o sucesso universitário e extra-universitário de Gilberto Freyre se deve à “reiterada insistência em dois ou três tópicos”,⁵⁴ um dos quais é justamente o do luso-tropicalismo, alargado, no livro de Gilberto Freyre que Eduardo Lourenço recenseia no *Comércio do Porto*,⁵⁵ para um inédito “hispano-tropicalismo”,⁵⁶ reunindo assim, num único conceito científico (os “Trópicos”), realidades geográficas e históricas tão diferentes entre si como “a Índia de Garcia da Orta, o México de Sahagun, o Peru de Acosta e o Brasil de frei Vicente do Salvador”⁵⁷ Assim, não nos admiramos que Eduardo Lourenço proponha para este novo conceito freiriano e este novo livro de Gilberto Freyre, não a designação rigorosa de ciência, mas a irónica de “romance de Gilberto”, evidenciando quanto deste modo considera a obra de Freyre afastada da sociologia, justamente o contrário do conteúdo das teses laudatórias que na mesma década os professores universitários de Lisboa e de Coimbra, Miranda e Barbosa e José Júlio Gonçalves, testemunhavam em livros por nós acima citados.

Existe aqui um implícito empenhamento político de Eduardo Lourenço pela democracia e pelo anti-colonialismo que não encontra eco na obra de Gilberto Freyre. De facto, ainda que analisando a obra de Gilberto Freyre, o alvo visado por Eduardo Lourenço parece-nos ser o carácter propagandístico que esta obra assumia de defesa imutável do Império Português no ambiente político nacional e internacional da década de 60. É assim que Eduardo Lourenço caracteriza a obra de Gilberto Freyre como “o lugar-comum da autointerpretação ibérica da sua [da Ibéria] aventura tropical”, que nesta encontraria a exaltação da “superioridade do colonizador português nos Trópicos” como “*exemplo da confraternização racial e de sucesso, únicos, da civilização europeia nos Trópicos*”⁵⁸ Eduardo Lourenço acusa Gilberto Freyre de promover a “*inversão patológica da consciência brasileira em si mesma*”, ou seja, de a deformar, elevando a valor de nível universal o que não passa de um “*complexo de inferioridade cultural transfigurado em apologia delirante*”.⁵⁹

Neste momento, em 1961, não nos restam dúvidas tanto sobre o empenhamento democrático de Eduardo Lourenço contra o regime do Estado Novo, quanto das suas teses teóricas sobre a questão colonial, quanto ainda da identificação por si proposta entre a queda do regime salazarista, a consequente passagem para um regime democrático e a resolução do problema colonial. Embora todos estes dados tenham sido analisados, o que de menor consistência se nos apresenta, em 1961, é o da questão colonial, que justamente Eduardo Lourenço aborda com profundidade no texto cronologicamente seguinte, *Situação Africana e Consciência Nacional*.

3. A Questão Colonial e o Estatuto d’Os Lusíadas

Situação Africana e Consciência Nacional é um livro que oferece dois problemas de datação. Primeiro problema. Inscrita na folha de rosto da edição original encontra-se a seguinte nota do autor: “Estas reflexões fazem parte de um ensaio descrito entre 1961 e 1963, e conservado inédito por

⁵⁴ Eduardo Lourenço, *art. cit.*, p. 106.

⁵⁵ Gilberto Freyre, *A Propósito de Frades*, Salvador, Edição da Universidade Federal da Bahia, 1960.

⁵⁶ Eduardo Lourenço, *art. cit.*, p. 107.

⁵⁷ Idem, *ibidem*, pp. 108-109.

⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 107.

⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 110.

motivos óbvios, dedicado ao problema do colonialismo português". Porém, a referência que Eduardo Lourenço faz ao livro *Rumo à Vitória*, de Álvaro Cunhal na página 13, ainda que não nomeando o nome do então secretário-geral do Partido Comunista Português, o que se entende pela absoluta clandestinidade que este Partido vivia até ao 25 de Abril de 1974, e pela experiência que Eduardo Lourenço possuía da censura política, suscita no entanto algumas dúvidas sobre a datação deste ensaio pelo autor, já que o livro *Rumo à Vitória* é oficialmente um "relatório" apresentado "em Abril de 1964" por Álvaro Cunhal ao "Comité Central do Partido"⁶⁰ e, portanto, posterior à data anunciada por Eduardo Lourenço como sendo a data da escrita de *Situação Africana e Consciência Nacional*. Uma hipótese a aceitar é a de, na revisão do ensaio para efeitos de publicação em 1976, o próprio Eduardo Lourenço tenha procedido a alguns pequenos acrescentamentos, entre os quais a referência a *Rumo à Vitória* como modelo de descolonização acrítica.

Segundo problema de datação. Ainda que não nos restem dúvidas, pela terminologia usada por Eduardo Lourenço no seu ensaio, aplicando conceitos próprios como "irrealismo", "hipernacionalismo", "intrínseca fragilidade" da consciência nacional, "autognose", "milagre" ou estado imagético miraculoso como um dos suportes essenciais da continuidade de Portugal ao longo de 800 anos,⁶¹ que o estilo de Eduardo Lourenço usado neste livro é justamente o que lhe é determinante na década de 60, porém a acumulação de tão grande número de conceitos em apenas duas páginas leva-nos a supor que, mais do que uns acrescentamentos de pormenor, Eduardo Lourenço terá retocado com alguma profundidade a parte inicial do texto, justamente a que se refere à metodologia utilizada.

É justamente neste ensaio, *Situação Africana e Consciência Nacional*, que a hermenêutica psicanalítica, aplicada de um modo livre, usando pouquíssimo conceitos expressamente freudianos, mas mantendo destes a sua inspiração metodológica, nos surge como fortemente presente em Eduardo Lourenço, diferenciando as suas análises das "historiografias empiristas", ao qual "importa menos «o sentido» que o «o encadeamento» chamado causal, mas que sem ele [o sentido] ou é ininteligível ou vão"⁶² De facto, o que Eduardo Lourenço intenta desvelar não é uma cronologia realista de sucessivos acontecimentos culturais lidos pela consciência que os autores históricos dela possuem, mas "o sentido" velado que não só preside latentemente a essa cronologia como a ilumina e a identifica enquanto interpretação. Encontramo-nos aqui face a uma diferencialidade da consciência histórica entre "expresso" ou "manifesto" e "recalcado", análogo às análises do sonho em Freud por via dos conceitos de "consciência manifesta" e "consciência recalcada"; e tal como aquela se evidencia sempre como uma compensação ou sublimação desta, assim a consciência histórica de um povo, na leitura eduardina, se apresenta como compensação ou sublimação deformante dos seus desejos e pulsões reais mais fundos. As metáforas do "espelho" e da "imagem" habitualmente usadas por este autor a partir da passagem entre as décadas de 50 e 60, é a confirmação desta metodologia histórico-psicanalítica aplicada às obras e aos acontecimentos culturais portugueses, evidenciando que o sentido manifesto revelado neles próprios não só esconde um sentido oculto, como para este deve reenviar enquanto seu perfeito esclarecimento. Na página 23 deste ensaio, Eduardo Lourenço, designa esta metodologia por "psicanálise histórica", embora seja lícito acentuarmos que a sua aplicação às "imagens" de identidade nacional (Ourique, Aljubarrota, Descobrimentos,

⁶⁰ Cf. Álvaro Cunhal, *Rumo à Vitória, As Tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional*, Lisboa, Edições "a opinião", 1975, p. 7.

⁶¹ Cf. para todos estes termos, por exemplo, Eduardo Lourenço, *SACN*, pp. 20 - 22.

⁶² Idem, *ibidem*, p. 22.

Os Lusíadas, Alcácer-Quibir, Restauração, V Império, Marquês de Pombal, o Liberalismo Constitucional, a República, Salazar) não obedecem a um plano programático e metodológico pormenorizado pelo autor, mas apenas a uma inspiração freudiana muito livre. Seria ilegítimo e excessivamente forçado tentarmos encontrar nos textos de Eduardo Lourenço os equivalentes históricos e sociais dos conceitos de S. Freud, como Id, Inconsciente, Censura, Ego, Super-Ego, Consciência Moral, Sonho, ..., embora Eduardo Lourenço aplique por vezes alguns destes conceitos. "Psicanálise Histórica" não significa, para este autor, uma hermenêutica de pesquisa analítica a aplicar século a século à história de Portugal, mas uma inspiração compreensiva que lhe permite diferenciar o discurso historiográfico clássico, manifesto nas interpretações conjunturais, das intenções ou do "sentido oculto" que o mesmo discurso revela, ou seja, interessa menos a Eduardo Lourenço a historiografia em torno de *Os Lusíadas* do que o sentido desta obra face, primeiro, à realidade de que é suposta ser "imagem", os Descobrimentos e a realidade histórica portuguesa do século XVI, e, segundo, o sentido desta obra na cultura portuguesa vista como um todo. Por isso, como Eduardo Lourenço sublinha na sua interpretação de *Os Lusíadas*, enquanto os historiadores de cultura prosseguem o discurso do "realismo e do racionalismo críticos, que têm de comum esta crença bem infundada de que a Literatura é o espelho da Realidade, quando é mais certo que ela é filha de uma relação dialéctica com ela",⁶³ falhar-se-á sempre a explicação da epopeia de Camões, sobretudo se confrontados com a ausência de semelhante epopeia por parte da cultura castelhana. É que, segundo Eduardo Lourenço, para a Espanha de então (e a dos séculos seguintes) os seus "ser ideal" e "ser real" (conceitos de nítida inspiração freudiana) como que se identificavam, enquanto que a desproporção entre a consciência nacional portuguesa e a sua "pequena" realidade geográfica peninsular era imensa, gerando o desconforto ideológico do qual se origina a pulsão da escrita como justificação mental desta desproporção, nascendo assim o desejo de escrita de *Os Lusíadas*. Freudianamente, entre a pulsão do desejo, alimentado pelo princípio do prazer, e o seu consequente recalçamento pelo princípio da realidade, nasce o sonho como condensação deslocada daquele realizando nocturnamente o que diurnamente é censurado. Deste modo, *Os Lusíadas* tornam-se, em 1572, data da sua publicação, na expressão condensada e já temporalmente deslocada do desejo diurno dos portugueses conservarem e apregoarem retórica e patrioteiramente um Império Mundial que já de todo historicamente lhes escapava nos reinados de D. João III e D. Sebastião. Como se constata pelo exemplo, retirado da página 25 do ensaio de Eduardo Lourenço, a aplicação do método psicanalítico por parte deste autor é, de facto, muito livre, não obedecendo a protocolos rígidos. Assim, tal como Freud parte dos estados de consciência manifesta para atingir os estados de consciência recalçada, numa dialéctica de deslocações, condensações, perversões, sublimações, assim Eduardo Lourenço parte do "ser ideal"⁶⁴ da história nacional, manifestada principalmente na literatura (neste ensaio refere explicitamente Luís de Camões e padre António Vieira) e na historiografia (neste ensaio refere explicitamente a teoria voluntarística do estado em Oliveira Martins) para atingir o sentido recalçado da história de Portugal, evidenciando as suas patologias discursivas, como um jogo de sucessivos espelhos reflectindo uma única imagem,

De facto, não só a escolha do método da "psicanálise histórica" como o próprio conteúdo deste texto de Eduardo Lourenço sobre o colonialismo continuam a revelar na sua obra uma forte

⁶³ Idem, *ibidem*, pp. 25-26.

⁶⁴ Idem, *ibidem*, p. 23.

dominância do pensamento heterodoxo por que ganhara a sua carta de alforria no meio intelectual português em 1949. Já sublinhámos a originalidade das análises de Eduardo Lourenço nos artigos dos jornais brasileiros *Portugal Democrático* e *Portugal Livre*, manifestando-se contra o regime do Estado Novo, mas também contra as posições interpretativas da Oposição democrática ao regime, isto é, contra as duas ortodoxias politicamente dominantes em Portugal. Neste seu novo texto, eis que se manifestam com igual vigor estas posições simultaneamente contra o Estado Novo e contra a Oposição, agora a propósito da questão colonial. É neste sentido, na permanente busca de um caminho singular tecido de mil artigos sobre os mais diversos temas, caminho que desde a sua juventude classifica de “heterodoxo”, que se devem interpretar as palavras de Eduardo Lourenço de crítica à ausência de um debate profundo, em Portugal, ao longo da década de 60, sobre a descolonização, com excepção, ainda segundo o autor, dos estudos de Adriano Moreira (cfr. livro acima referido), de Cunha Leal⁶⁵ e de Álvaro Cunhal em *Rumo à Vitória*, como que assim sintetizando três perspectivas novas sobre a nova realidade colonial levantada pela emergência de movimentos nacionalistas em Angola, Guiné-Cabo Verde e Moçambique, para além da perda de Goa, Damão e Diu: a primeira, de Adriano Moreira, moderadora da tese de absoluta inflexibilidade colonial do Estado Novo; a segunda, a de Cunha Leal, a perspectiva da oposição liberal e republicana; e a terceira, a perspectiva do Partido Comunista Português. Para Eduardo Lourenço, todas elas comungam do desconhecimento da “situação africana tal como ela se apresenta à consciência nacional”⁶⁶. Face à análise política directa, fundada na actualidade, Eduardo Lourenço contrapõe uma análise de carácter cultural, centrada nas imagens culturais que a historiografia portuguesa foi criando ao longo do 500 anos de colonização.

Podemos encarar a totalidade de *Situação Africana e Consciência Nacional* (1961-63) de Eduardo Lourenço como a explicação argumentativa de uma frase sua do artigo de 1960 publicado no *Portugal Livre*: “Somos colonialistas como somos portugueses”⁶⁷. Assim, neste ensaio, após o “Prólogo”, onde Eduardo Lourenço define a sua posição de empenhamento cultural,⁶⁸ diferenciando-se claramente das perspectivas propagandísticas do Estado Novo, das dos oposicionistas liberais (tomando como exemplo os livros de Cunha Leal) e das dos comunistas, o ensaio divide-se em dois capítulos (I e II) com o mesmo título, “Retrato (póstumo) do nosso colonialismo inocente”. Pelo título destes capítulos, entende-se logo que a originalidade do ensaio encontra-se no adjectivo “inocente”, ou seja, numa consciência histórica que não possui suficiente duplicidade ou reflexão para se auto-conhecer (o conceito eduardino de “autognose”) como fatora do mal de que é acusada: a inocência que qualifica o título dos dois capítulos não advém à consciência nacional portuguesa como dissimulação, produto de uma manha astuciosa, mas como clara ingenuidade, directa adesão a uma realidade (o colonialismo) tida como “natural” e “permanente”. Daí a frase de Eduardo Lourenço de 1960, “Somos colonialistas como somos portugueses”, quando as forças oposicionistas ao Estado Novo clamava que colonialistas eram apenas os adeptos do regime fascista e que o povo português era por essência anti-colonialista. Não tendo sido este ensaio publicado senão em 1976, não podemos

⁶⁵ Cf. os livros de Cunha Leal publicados no início da Guerra Colonial, *O Colonialismo dos Anticolonialistas*, Lisboa, Livraria Petrony, 1961; *A Gadanha da Morte, Reflexões sobre os Problemas Euro-Africanos*, Lisboa, Edição do Autor, 1961, e *A Pátria em Perigo*, Lisboa, Edição do Autor, 1962.

⁶⁶ Eduardo Lourenço, *SACN*, p. 10.

⁶⁷ Eduardo Lourenço, “Brasil – Caução do Colonialismo Português”, in *FNE*, p. 48.

⁶⁸ “Nem a intenção, nem a perspectiva deste ensaio são especificamente políticos”, in E. Lourenço, *SACN*, p. 15.

ter notícia da repercussão desta tese de Eduardo Lourenço e, consultado o leque de jornais e revistas principais existentes em Portugal nesta data, a verdade é que esta tese da natureza essencialmente colonialista do povo português não obteve nenhum eco na imprensa.

As páginas iniciais do segundo capítulo como que desenham, em condensado, a metodologia e os conceitos a serem aplicados ao longo do ensaio⁶⁹ “mitologia cultural”, “hipertrofia” da consciência como processo cultural idêntico a um “espelho deformante”, identificação de elementos da identidade nacional mitificada como “milagre”, “intrínseca fragilidade”, “consciência patológica”, “autognose”, “irrealismo”, ... São todos estes conceitos eduardinos que irão ser aplicados à questão colonial, ou seja, às imagens culturais criadas historicamente em torno do conceito de “colonialismo”. Esta análise inicia-se na página 23 com a diferencialidade entre “ser ideal” e “ser real” de um povo:

O «ser ideal» e o «ser real» de um povo jamais coincidem, mas há graus diversos nessa distância entre eles. A hipertrofia da nossa autoconsciência – que por seu turno não tem só a face irrealista, milagrenta, mas a oposta, a do denegrimiento, da melancolia extrema – significa que essa distância entre o que nos supomos e o que somos é das mais profundas. Justamente, a hipertrofia preenche, ou melhor, resolve – em boa psicanálise histórica – esse conflito, o qual não é uma miragem mas qualquer coisa de bem adequado ao ser racional diante de si, quer dizer, no meio dos outros, relativizado pela mútua presença dos restantes povos.⁷⁰

É justamente deste conflito dialéctico interno à consciência nacional de se saber realmente “pequena”, isto é, nascida de um “pequeno” território, de uma “pequena” população e com uma “pequena” influência no concurso internacional, e de se “sonhar” grande, sonho provado e cumprido pelos Descobrimentos, que se gera a “hipertrofia da consciência nacional”⁷¹ Esta “hipertrofia”, ou seja, este sentimento ideal ou este “ser ideal”, identificador da consciência nacional que projecta na existência do povo português um destino providencialista, da ordem do “milagre”, desenvolveu-se em duas fases diferenciadas: a primeira, de um cunho histórico realista, do “realismo da [mentalidade de] cruzada de que era parte”,⁷² consolidando-se ao longo da Idade Média, através da “Reconquista”, instaurando definitivamente em Portugal uma consciência cristã salvífica do mundo através da reconversão do mouro e do judeu; a segunda fase da hipertrofia da consciência nacional, ou “para bem dizer, a primeira a merecer tal nome”, “um só documento a resume: *Os Lusíadas*”⁷³ Assim, a epopeia de Luís de Camões constitui-se como síntese da consciência nacional enquanto “consciência de epopeia que só podia surgir então com tal esplendor e com a ingenuidade requeridas pelo facto da *desproporção grandiosa entre o agente e a acção*”⁷⁴ e enquanto tornada “fonte de heroísmo verbal” como expressão histórica decaída de um “antigo esplendor”⁷⁵ Deste modo, os Descobrimentos e a posterior colonização “vão projectar[-se] sobre o Poema, como os herdeiros empobrecidos de parentela rica”. É este o estatuto cultural ambígua d’*Os Lusíadas* na consciência nacional:

⁶⁹ Idem, *ibidem*, pp. 19-23.

⁷⁰ Idem, *ibidem*, p. 23.

⁷¹ Idem, *ibidem*, p. 24.

⁷² Idem, *ibidem*.

⁷³ Idem, *ibidem*, p. 25.

⁷⁴ Idem, *ibidem*, p. 26.

⁷⁵ Idem, *ibidem*, p. 27.

O que no Poema era eco ampliado de grandeza verdadeira volve-se então em fonte de heroísmo verbal, em álbi imaginário e caução suspeita de nacionalismos contrários ao interesse nacional. A idealização natural da gesta lusitana, uma vez esta gesta desfeita em fumo ou tornada pálida sombra – como à nossa sucedeu –, tornou-se fatora de irrealismo, de retórica nada inocente, de justificação hipócrita de más causas no espírito daquela classe que tem tudo a ganhar hipnotizando a consciência portuguesa na contemplação de um passado glorioso para a distrair do presente, onde nada de exaltante lhe é oferecido. Mas que culpa têm nisto *Os Lusíadas*? Uma só, a do génio que autoriza a nossa fixação cultural no século XVI, e, indirectamente, prolonga uma nostalgia tanto mais profunda quanto é certa que a existência nacional no seu conjunto nunca mais pôde encontrar um momento histórico semelhante, nem de certo modo tal é possível. Assim, ao desencontro normal entre o «ser ideal» e o «ser real» de um povo acrescenta-se entre nós, e mormente devido a *Os Lusíadas*, o desencontro já patológico entre o presente e esse passado, onde só verdadeiramente somos quem somos. Mas sabemos ser por tê-lo sido um dia.⁷⁶

Nenhuma destas palavras intentam denegrir a imagem cultural d' *Os Lusíadas*, mas apenas estatuir o livro de Camões no centro de um imaginário cultural (ou “mitologia”, como refere Eduardo Lourenço) em que, começando por ser reflexo sublime e sublimado da gesta marítima portuguesa, torna-se ele próprio em ideal fixo e permanente ou centro de uma escala de valores histórico-culturais permanentes e, por isso, actualmente anacrónicos: “O Poema não inventou a nossa realidade de descobridores de mundos e colonizadores, mas converteu um momento privilegiado em Eterno presente da alma portuguesa”⁷⁷ O “hipertrofismo”, ou a “hiperidentidade”, como na década de 70 Eduardo Lourenço designará este conceito, não apenas não desapareceu após o período dos Descobrimentos como mentalmente se solidificou, permanecendo, agora sem suporte histórico presente, nomeadamente após Alcácer-Quibir, ou tendo como único suporte o esqueleto geográfico das colónias ultramarinas: “A colónia (...) preenchia bem o seu papel, que era tanto o de mina de vária riqueza que esse, mais importante, *de nos compensar da nossa pequenez ou, mais radicalmente ainda, de no-la tornar invisível*”⁷⁸ Aqui reside justamente o cerne explicativo da frase de Eduardo Lourenço de 1960, “Somos colonialistas como somos portugueses” – se ser colonialista faz parte da essência do povo português tal se deve, depois de Seiscentos, à permanente “fixação” (termo técnico freudiano) da nossa consciência nacional no orgulhoso sentimento de grandeza realisticamente criado nos séculos XV e XVI, tornado agora em magnificência delirante alimentadora de uma retórica patrioteira: “Termos colónias não foi um simples *a mais*, resultado de um excesso de poderio e vitalidade, mas necessidade de *fracos e pobres* dispostos a pagar caro um lugar ao sol um pouco mais confortável que o caseiro”⁷⁹ Assim, possuir “colónias” torna-se não só a prova material actual desse antigo poder que a História providenciou a Portugal, mas igualmente a marca de identidade por que nos vamos vendo como povo, a ponto de, animados por uma consciência grandiloquente e imperial, agora sem Império, auto-contemplarmo-nos como “*povo indispensável aos negros e aos índios, quando o mais evidente é que são eles que nos são indispensáveis*”⁸⁰ Assim, “o problema da descolonização é o problema do país”,⁸¹ porque, sem colónias, reduzido ao espaço metropolitano, o mesmo de Quatrocentos, é como se Portugal tivesse perdido a sua identidade, ou, dito de outro modo, como senão se justificasse já a existência de Portugal como este sempre se conhecera autognosicamente – povo guerreiro, expansivo, descobridor, cristianizador e civilizador. É justamente esta a “consciência nacional prodigiosa”, como

⁷⁶ Idem, *ibidem*, pp. 27-28.

⁷⁷ Idem, *ibidem*, p. 28.

⁷⁸ Idem, *ibidem*, p. 29.

⁷⁹ Idem, *ibidem*.

⁸⁰ Idem, *ibidem*, p. 30. Itálico de Eduardo Lourenço.

⁸¹ Idem, *ibidem*, p. 31.

Eduardo Lourenço a designará em 1978, que, fixada como marca distintiva da identidade nacional, numa dialéctica patológica de inversão de causa histórica e consequência civilizacional, que tornou o “nosso colonialismo, antigo e moderno, um fenómeno realmente «orgânico»”⁸² ou seja, um fenómeno social de tal modo integrado no corpo geral da nação que tudo se passa “como se esse Outro [os povos colonizados] jamais tivessem constituído um *problema*”⁸³

A “raiz compensatória”⁸⁴ da nossa colonização foi assim transformando historicamente os povos indígenas, da *Carta* de Pêro Vaz de Caminha ao “Acto Colonial” de 1951, em povos integrados na pátria portuguesa segundo a

celebrada «filosofia da colonização portuguesa», cuja essência seria *a de uma natural e cristã faculdade de trazer o colonizado segundo normas políticas e humanas não especificamente diversas daquelas que em Portugal foram ou são vigentes*. Se não houvesse um abismo entre eles – ou melhor, a sua oportunista versão recente – e a realidade colonial, seria exacto afirmar que nós – e nós apenas – nos aproximámos do ideal do que a política ultramarina neles explicita se reclama, a saber, o *integracionismo* ou a *assimilação*, abolindo assim a essência mesma da colonização – *a diferença entre colonizador e colonizado*.⁸⁵

Reside aqui, segundo Eduardo Lourenço, a singularidade da “mitologia” da nossa colonização pós-Descobrimentos – o facto de, existindo, não existir, ou de, sendo, permanecer invisível, como se Angola, Moçambique e as restantes colónias mais não fossem do que o prolongamento geograficamente diferido do Algarve ou do Minho. Esta ausência de consciência colonial na metrópole deve-se antes de mais a paralela ausência de uma “autêntica colonização, se entendermos por isso uma empresa da totalidade da Nação, concertada e levada a cabo com método e continuidade”⁸⁶. É que, segundo o autor, tendo havido Descobrimentos, nunca houve verdadeiramente colonização no sentido acima definido, e, sintetizando numa página a história da colonização portuguesa que houve, Eduardo Lourenço conclui:

Só recentemente uma certa camada de portugueses – a que dá o tom a Luanda ou a Lourenço Marques – pôde adquirir uma autêntica mentalidade *colonialista*. Por um lado, a sua superioridade técnica, enquanto pertence à *raça branca*, é inegável; por outro, usufrui de maneira convincente não só de consciência dessa superioridade e do bem-estar que lhe assegura, como do *salto* que a sua condição significa em relação à que seria normalmente a sua na Metrópole.⁸⁷

É a esta colonização sem “colonização”, isto é, sem consciência colonial e sem colonialistas assumidos, que Eduardo Lourenço designa por “colonialismo inocente”, o título dos dois capítulos principais do ensaio: um colonialismo tão entranhadamente integrado e assimilado na imagem consciente da historiografia cultural de Portugal que verdadeiramente não se considera colonialista... até ao momento em que, do lado do colonizado, este facto histórico foi lembrado, nos alvares da década de 60. A declaração de guerra dos diversos movimentos de libertação das colónias portuguesas, fez apagar o ilusório “sentimento profundo de não contradição em matéria colonial”⁸⁸ na consciência nacional, começando então a desabar a “mitologia colonialista” que alimentara a retórica nacionalista portuguesa ao longo de 400 anos.

⁸² Idem, *ibidem*, p. 34.

⁸³ Idem, *ibidem*, p. 33.

⁸⁴ Idem, *ibidem*, p. 34.

⁸⁵ Idem, *ibidem*, p. 37.

⁸⁶ Idem, *ibidem*, p. 38.

⁸⁷ Idem, *ibidem*, p. 39.

⁸⁸ Idem, *ibidem*, p. 49.